

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00
Sede: Alameda Rio Negro, 585, Edifício Padauri, 1º andar, Lado "B" - Parte, Alphaville, Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Barueri, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - Em Reais mil

ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	780	1	CIRCULANTE	307	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	81	1	Dividendos a Pagar (Nota 7c)	307	-
Dividendos a Receber	699	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	689.144	1
NÃO CIRCULANTE	688.671	-	Capital Social:		
Investimentos (Nota 6)	688.671	-	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	657.155	2
TOTAL	689.451	1	Reserva de Lucros (Nota 7b)	31.989	-
			Prejuízos Acumulados	-	(1)
			TOTAL	689.451	1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS	32.317	-
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	32.317	-
DESPESAS OPERACIONAIS	20	-
Despesas Tributárias	1	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	19	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	32.297	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.297	-
Número de ações	4.167.605.327	-
Lucro Líquido Básico e Diluído por lote de mil ações em R\$	1.797,33	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	32.297	-
Ajustes ao Lucro Líquido Antes dos Impostos	(32.317)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32.317)	-
Lucro Líquido Ajustado	(20)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	100	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	80	-
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	80	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	1	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	81	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	80	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2009	2	-	-	(1)	1	
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	
Destinações - Reservas	-	-	-	-	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	
Saldos em 31.12.2010	2	-	-	(1)	1	
Aumento de Capital	657.153	-	-	-	657.153	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	32.297	32.297	
Destinações - Reservas	-	1.615	30.374	(31.989)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	(307)	(307)	
Saldos em 31.12.2011	657.155	1.615	30.374	-	689.144	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

	2011	%	2010	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19)	(0,1)	-	-
2.1) Serviços de Terceiros	(19)	(0,1)	-	-
2.2) Outros	-	-	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(19)	(0,1)	-	-
4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(19)	(0,1)	-	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	32.317	100,1	-	-
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	32.317	100,1	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	32.298	100,0	-	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	32.298	100,0	-	-
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	1	-	-	-
Estaduais	1	-	-	-
Municipais	-	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	32.297	100,0	-	-
Dividendos	307	1,0	-	-
Lucros Retidos	31.990	99,0	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatins Holdings S.A.) é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A empresa foi constituída em 24 de setembro de 2007, com o nome de Maracatins Holdings Ltda., passando a ser chamada de Bradescard Elo Participações S.A. a partir de 23 de maio de 2011, quando iniciou efetivamente suas atividades.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa faculdade. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor cotado divulgado pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas durante o exercício foi incluído nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Não houve registro ou divulgação sobre provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

2.11) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A	7
SCHINCARIOL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A.	3



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 122 • Número 60
São Paulo, quinta-feira, 29 de março de 2012

Página 7

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BRADSCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A 7
SCHINCARIOL PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES S.A. 3

continuação

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00
Sede: Alameda Rio Negro, 585, Edifício Padauri, 1º andar, Lado "B" - Parte, Alphaville, Barueri - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

2.13) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 32.317.

Empresas	Capital Social		Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Ajustado		Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social		Investimentos (1)		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	ON	Social	2011	2010	2011	2010	2011	2010
	Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	220.822	220.822	323.778	323.778	27.028	27.028	221	100%	323.778	-	27.028	-	27.028
Lyra Holdings Ltda.	283.729	283.729	348.356	348.356	13.961	13.961	283	100%	348.356	-	13.961	-	13.961	-
Elo Participações S.A.	50.411	50.411	33.069	33.069	(17.342)	(17.342)	1.206	50,01%	16.537	-	(8.672)	-	(8.672)	-
Total									688.671				32.317	

(1) Foi adquirido, em 23 de maio de 2011, o investimento na empresa Elo Participações S.A. mediante aumento de capital pelo acionista Banco Bradesco Cartões S.A.

Em 26 de setembro de 2011, foram adquiridos os investimentos nas empresas Alvorada Administradora de Cartões Ltda. e Lyra Holdings Ltda. mediante ao aumento de capital efetuado pelo acionista Banco Alvorada S.A.

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	4.167.605.327	2.000
Total	4.167.605.327	2.000

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 23 de maio de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 9.204, elevando-o de R\$ 2 para R\$ 9.206, com a emissão de 30.801.989 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,298800002 cada, mediante a conferência de bens representados por 283.650.580 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal de emissão da Elo Participações S.A. de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de setembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 631.843 elevando-o de R\$ 9.206 para R\$ 641.049, com a emissão de 4.039.240.242 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,156426226 cada, sendo 330.860.943 ações, no valor total de R\$ 51.755 subscritas pelo acionista admitido Banco Bradesco Cartões integralizadas mediante a conferência de bens de sua propriedade e 3.708.379.299 ações, no valor total de R\$ 580.088 subscritas pelo acionista Banco Alvorada S.A. integralizadas mediante a conferência de bens de sua propriedade.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 7 de novembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 100, elevando-o de R\$ 641.049 para R\$ 641.149, com a emissão de 609.832 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,16979588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de dezembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 16.006, elevando-o de R\$ 641.149 para R\$ 657.155, com a emissão de 96.951.264 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,16979588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de lucro	31.989	-
Reserva legal (1)	1.615	-
Reserva estatutária (2)	30.374	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatins Holdings S.A.)
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatins Holdings S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

Determinados ativos, como os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1)	11	1
Fundos de Investimento Financeiros (2)	70	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	81	1

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimento Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	32.297	
Reserva Legal	(1.615)	
Base de Cálculo	30.682	
Dividendos propostos em 2011	307	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	8	-
Editais e Publicações	11	-
Total	19	-

9) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	1	-
Dividendos a Receber:				
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	699	-	-	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	34	-	-	-
Banco Alvorada S.A.	273	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

A ADMINISTRAÇÃO

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 15 de fevereiro de 2012

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214007/O-2

Edição comemorativa de 120 anos

Adquira já o seu Certificado Digital

Sua certificação digital pelo tempo que você precisa e o valor que você pode pagar.

Acesse nosso site e compre seu Certificado Digital com validade de 12, 18, 24 ou 36 meses. Aproveite os valores promocionais!

Para você que é microempresário, empresário de pequeno porte, empreendedor individual e microempreendedor individual o desconto é especial. Confira!

www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01
sac@imprensaoficial.com.br

120 anos | Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00
Sede: Alameda Rio Negro, 585, Edifício Paduaúni, 1º andar, Lado "B" - Parte, Alphaville, Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Barueri, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - Em Reais mil			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2011	2010		2011	2010
CIRCULANTE	780	1	CIRCULANTE	307	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	81	698	Dívidoras a Pagar (Nota 7c)	307	-
Dívidoras a Receber	699	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	689.144	1
NÃO CIRCULANTE	688.671	-	- Capital Social	-	-
Investimentos (Nota 5)	688.671	-	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	657.155	2
			- Despesas de Lucros Adicionados (Nota 7b)	31.989	-
			- Prejuízos Acumulados	-	(1)
TOTAL	689.451	1	TOTAL	689.451	(1)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS	32.317	-
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	32.317	-
DESPESAS OPERACIONAIS	20	-
Despesas Tributárias	1	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	19	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	32.297	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.297	-
Número de ações	4.167.605,327	-
Lucro Líquido Básico e Diluído por lote de mil ações em R\$	1.797,33	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária		
Eventos					
Saldos em 31.12.2010	2	-	-	(1)	1
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	-	-	-	-
Dívidoras Propostas	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2011	2	-	-	(1)	1
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	657.153	-	-	-	657.153
Destinações - Reservas	-	1.615	30.374	-	32.297
Dívidoras Propostas	-	-	-	-	(307)
Saldos em 31.12.2011	657.155	1.615	30.374	-	689.144

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1 - RECEITAS				
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(19)	(0,1)	-	-
2.1) Saídas de Terceiros	(19)	(0,1)	-	-
2.2) Outros	-	-	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(19)	(0,1)	-	-
4 - RETENÇÕES				
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(19)	(0,1)	-	-
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	32.317	100,1	-	-
6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	32.317	100,1	-	-
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	32.298	100,0	-	-
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	32.298	100,0	-	-
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	1	-	-	-
Estatutárias	1	-	-	-
Municipais	-	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	32.297	100,0	-	-
Dívidoras	307	1,0	-	-
Juros Rendidos	31.990	99,0	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatin Holdings S.A.) é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradescard, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A empresa foi constituída em 24 de setembro de 2007, com o nome de Maracatin Holdings Ltda., passando a ser chamada de Bradescard Elo Participações S.A. a partir de 23 de maio de 2011, quando iniciou efetivamente suas atividades. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis oficiais e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de identificação e reconhecimento de ativos e passivos contábeis, conforme nota 4. A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberaram pela adoção dessa faculdade. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e finanças de investimento, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para operações em seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado
i - Designados no reconhecimento inicial
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado.

ii - Ativos financeiros para negociação
Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrativa para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posição. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor justo de mercado em contrapartida ao resultado do período. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado líquido resultante do método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Os investimentos mantidos até o vencimento são não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é reconhecida como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de venda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos financeiros
A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado
São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

i - Designados no reconhecimento inicial
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

ii - Passivos financeiros para negociação
Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrativa em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posição.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, de outros de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado
São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponíveis os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de deflatores de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundo de investimentos, são avaliadas com base no valor cotado divulgado pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e correspondem, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 32.317.

Empresas	Capital Social	Patrimônio		Resultado	
		Líquido Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	220.822	323.778	27.028	-	-
Lyns Holdings Ltda.	283.328	343.356	13.861	-	-
Elo Participações S.A.	60.411	33.069	(17.342)	-	-
Total					

(1) Foi adquirido, em 23 de maio de 2011, o investimento na empresa Elo Participações S.A. mediante aumento de capital pelo acionista Banco Bradesco Cartões S.A.

Em 26 de setembro de 2011, foram adquiridos os investimentos nas empresas Alvorada Administradora de Cartões Ltda. e Lyns Holdings Ltda. mediante o aumento de capital efetuado pelo acionista Banco Alvorada S.A.

Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

Em 31 de dezembro

Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no		Investimentos (1)		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
	ON	Capital Social	2011	2010	2011	2010
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	221	100%	323.778	-	27.028	-
Lyns Holdings Ltda.	283	100%	343.356	-	13.861	-
Elo Participações S.A.	1.206	50,01%	16.537	-	(6.872)	-
Total			688.671		32.317	

(1) Reserva legal (1) 1.615

Reserva estatutária (2) 30.374

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 7 de novembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 100, elevando-o de R\$ 641.049 para R\$ 641.149, com a emissão de 609.832 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,1699588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de dezembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 16.006, elevando-o de R\$ 641.149 para R\$ 657.155, com a emissão de 96.953 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,1699588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social.

6) RESERVAS DE LUCROS

Reservas de lucro

	2011	2010
Reserva legal (1)	1.615	-
Reserva estatutária (2)	30.374	-

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	4.167.605,327	2.000
Total	4.167.605,327	2.000

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 23 de maio de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 9.204, elevando-o de R\$ 2 para R\$ 9.206, com a emissão de 300.801.989 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 2.99800002 cada, mediante a conferência de bens representados por 283.650.580 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal de emissão de Elo Participações S.A., de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de setembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 631.843 elevando-o de R\$ 9.206 para R\$ 641.049, com a emissão de 4.038.242 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,156426226 cada, sendo 330.860.943 ações, no valor total de R\$ 51.756 subscritas pelo acionista adiantado Banco Bradesco Cartões Integralizadas mediante a conferência de bens de sua propriedade e 3.708.379,299 ações, no valor total de R\$ 500.088 subscritas pelo acionista Banco Alvorada S.A. Integralizadas mediante a conferência de bens de sua propriedade.

b) Reservas de lucros

Reservas de lucro

	2011	2010
Reserva legal (1)	1.615	-
Reserva estatutária (2)	30.374	-

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 7 de novembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 100, elevando-o de R\$ 641.049 para R\$ 641.149, com a emissão de 609.832 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,1699588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 27 de dezembro de 2011, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 16.006, elevando-o de R\$ 641.149 para R\$ 657.155, com a emissão de 96.953 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 0,1699588 cada, de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 9º do Estatuto Social.

8) RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradescard, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico de riscos, considerando que, independentemente das avaliações, existe um grau de incerteza e controle nas análises das operações efetuadas da Companhia e a interdependência dos processos.

8.1) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são constantemente avaliados

continuação

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00
Sede: Alameda Rio Negro, 585, Edifício Paduaúri, 1º andar, Lado "B" - Parte, Alphaville, Barueri - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

c) Dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	32.297	
Reserva Legal	(1.615)	
Base de Cálculo	30.682	
Dividendos propostos em 2011	307	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

b) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	8	-
Edições e Publicações	11	-
Total	19	-

9) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2011		Em 31 de dezembro 2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	11	-	1	-
Dividendos a Receber:				
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	699	-	-	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	34	-	-	-
Banco Alvorada S.A.	273	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevante.

c) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

A ADMINISTRAÇÃO

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatins Holdings S.A.)

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. (anteriormente denominada Maracatins Holdings S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 15 de fevereiro de 2012

André Dala Pol
Contador CRC 1SP 214007/O-2



Como nada é tão ruim que não possa piorar, o PAC só executou 8% do total de recursos. O abandono é regra.
Senador Aécio Neves (PSDB-MG)

LEI GERAL DA COPA

Projeto passa na Câmara

Deputados aprovam texto que permite aos estados decidirem sobre a liberação de bebidas alcoólicas. E 10% dos ingressos terão preço popular

A Câmara aprovou ontem a Lei Geral da Copa, mas o projeto aprovado pelos deputados não prevê a liberação expressa de bebidas. A proposta será analisada pelo Senado antes de seguir para sanção presidencial.

O projeto aprovado em plenário apenas suspende a validade, durante o período da Copa, os artigos do Estatuto do Torcedor que proíbem a venda de bebidas nos estádios. Por isso, estados e municípios que têm legislação próprias sobre o tema podem ter de alterá-las para atender à exigência da Fifa de que o comércio do álcool seja permitido.

A decisão sobre a bebida foi tomada em duas votações nominais. Na mais apertada, o governo venceu por 237 votos a 178. O debate foi o principal na reta final do projeto, bastante criticado por Romário (PSB-RJ). O governo chegou a

negar a existência de um acordo com a Fifa sobre o tema. Recuou depois, mas se negou a apoiar o texto do relator Vicente Cândido (PT-SP), que libera expressamente o comércio do produto nos estádios.

Para os próprios líderes go-

vernistas, estados e municípios que tem lei contra a venda de bebida terão de mudar suas regras. "Minha interpretação é que vai ter que mudar", disse Jilmar Tatto (SP), li-

der do PT. "Cada estado vai ter de analisar o que vai fazer", afirmou o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, acredita que o problema está resolvido. Para ele, as leis estaduais e municipais estariam subordinadas à norma federal. Segundo ele, a Fifa nunca reclamou da decisão do governo. "As informações que tem no ministério e no poder Executivo é que nunca houve nenhum problema levantado pela Fifa em relação ao teor do projeto original".

Decidiu-se que 10% dos ingressos para jogos do Brasil terão de ser vendidos a preços populares (cerca de US\$ 25) na categoria A, destinada a idosos, estudantes e beneficiários do Bolsa Família. Serão 300 mil ingressos na Copa de 2014 e 50 mil na Copa das Confederações de 2013. Foi mantida no texto decretar feriados nos jogos do Brasil. (AE)

Sergio Lima/Folhapress



Romário participou das discussões sobre a Lei Geral da Copa: deputado crítico, mas foi voto vencido.

Bahia aprova lei antibaixaria

Assembleia proíbe execução pública de músicas que ofendam as mulheres

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou na terça-feira o projeto de lei que impede verbas públicas estaduais serem usadas para contratar ou patrocinar eventos com grupos musicais de repertório que "desvalorize, incentive a violência ou exponha mulheres à situação de constrangimento", a chamada "lei antibaixaria", proposta pela deputada Luiza Maia (PT) no ano passado.

Segundo o texto do projeto, aprovado por 43 dos 52 deputados (11 estavam ausentes) também fica vetado usar dinheiro público estadual com bandas que façam apologia a drogas ilícitas ou que incentivem racismo e homofobia.

O projeto prevê que sejam cobrados R\$ 10 mil ao contratante que não incluir uma cláusula restritiva com o tema no contrato com a atração musical e multa de 50% do cachê caso a proibição não seja observada pelo artista. Não se sabe quem fiscalizará e punirá os desobedientes da lei, que não se aplica às prefeituras.

A lei agora aguarda a sanção do governador Jaques Wagner (PT), que tem 30 dias para decidir se acata a decisão da Assembleia. A primeira-dama,



Parangolé: representante do pagode baiano atentaria contra a lei

Fátima Mendonça, apoiou o projeto de lei. A proposta vem causando polêmica desde que foi apresentada, sob críticas de inconstitucionalidade, da cerceamento (ou censura) da produção artística.

Diversos artistas da música baiana, como Margaret Mezzes, Magary Lord e Gerônimo se engajaram pela aprovação do projeto, enquanto outros, notadamente os principais alvos da lei, os grupos do chamado pagode baiano – como Parangolé e Black Style –, foram contrários.

Outra polêmica envolvendo o texto é relativa à análise das músicas. "É muito difícil defi-

nir o que é baixaria e o que não é", afirma o secretário de Educação da Bahia, Osvaldo Barreto. A própria Luiza Maia fez a lei mirando os grupos "que falam para ralar a genitália no chão", (a definição é dela) admite a dificuldade, mas afirma que não vai abrir concessões. "Se eu tiver de brigar com Chico (Buarque) ou Caetano (Veloso), eu brigo".

"Nenhum deputado é favorável à violência contra a mulher. Mas temos de observar a Constituição, que diz ser livre a expressão da atividade intelectual (...) Independente de censura", disse o deputado Elmar Nascimento (PR). (AE)

Militares querem continuar comemorando o 31 de março

Sem referência à decisão do Exército de retirar a comemoração do 31 de março de 1964 de seu calendário oficial, os Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica divulgaram manifesto conjunto para lembrar os 47 anos do movimento que derubou o poder o presidente João Goulart e deu início ao regime militar – até 1985.

O texto, assinado pelo general Renato Cesar Tibau da Costa, pelo vice-almirante Ricardo Antônio da Veiga Cabral e pelo tenente brigadeiro do ar Carlos de Almeida Baptista, diz:

"Há 47 anos, nesta data, respondendo aos reclamos da opinião pública nacional,

as Forças Armadas Brasileiras insurgiram-se contra um estado de coisas patrocinado e incentivado pelo Governo, no qual se identificava o inequívoco propósito de estabelecer no País regime ditatorial comunista, atrelado a ideologias antagônicas ao modo de ser do brasileiro.

À baderna, espraizada por todo o território nacional, associavam-se autoridades governamentais entre as quais Comandantes Militares que procuravam conduzir seus subordinados à indisciplina e desrespeito aos (...) padrões da hierarquia.

A história, registrada na imprensa escrita e falada da época, é implacável em rela-

tar os fatos, todos inadmissíveis em um País democraticamente organizado, regido por Leis e entregue a Poderes escolhidos livremente pelo seu povo.

Por maiores que sejam alguns esforços para "criar" uma história diferente da real, os acontecimentos registrados na memória dos cidadãos de bem e transmitidos aos seus sucessores são indelévels (...)

Os Clubes Militares (...) homenageiam nesta data os integrantes das Forças Armadas da época que, com pronta ação, impediram a tomada do poder e sua entrega a um regime ditatorial indesejado pela Nação."

'Dilma desrespeita o Congresso'

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) subiu ontem à tribuna do Senado para criticar o governo de Dilma Rousseff que, segundo ele, tem como marca o desrespeito com o Congresso se transformou em marca registrada do governo.

Criticou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Como nada é tão ruim

que não possa piorar, o PAC só executou 8% do total de recursos. O abandono é regra".

Segundo ele, Dilma virou refém de sua base aliada e passa o mandato resolvendo crises. "De crise em crise, de queda em queda de autoridade, se perdeu boa parte do mandato, se perdeu momento propício de popularidade em alta, para fazer as mudanças que são necessárias".

Bate-boca – Aécio teve dez minutos para discursar. A senadora Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, pediu que ele encerrasse dentro do tempo regimental, provocando

bate-boca no plenário. "O senador Mário Couto (PSDB-PA) reclamou que Marta só é criteriosa com o tempo quando há críticas contra o governo. "A senhora faz o que quer." (Folhapress)